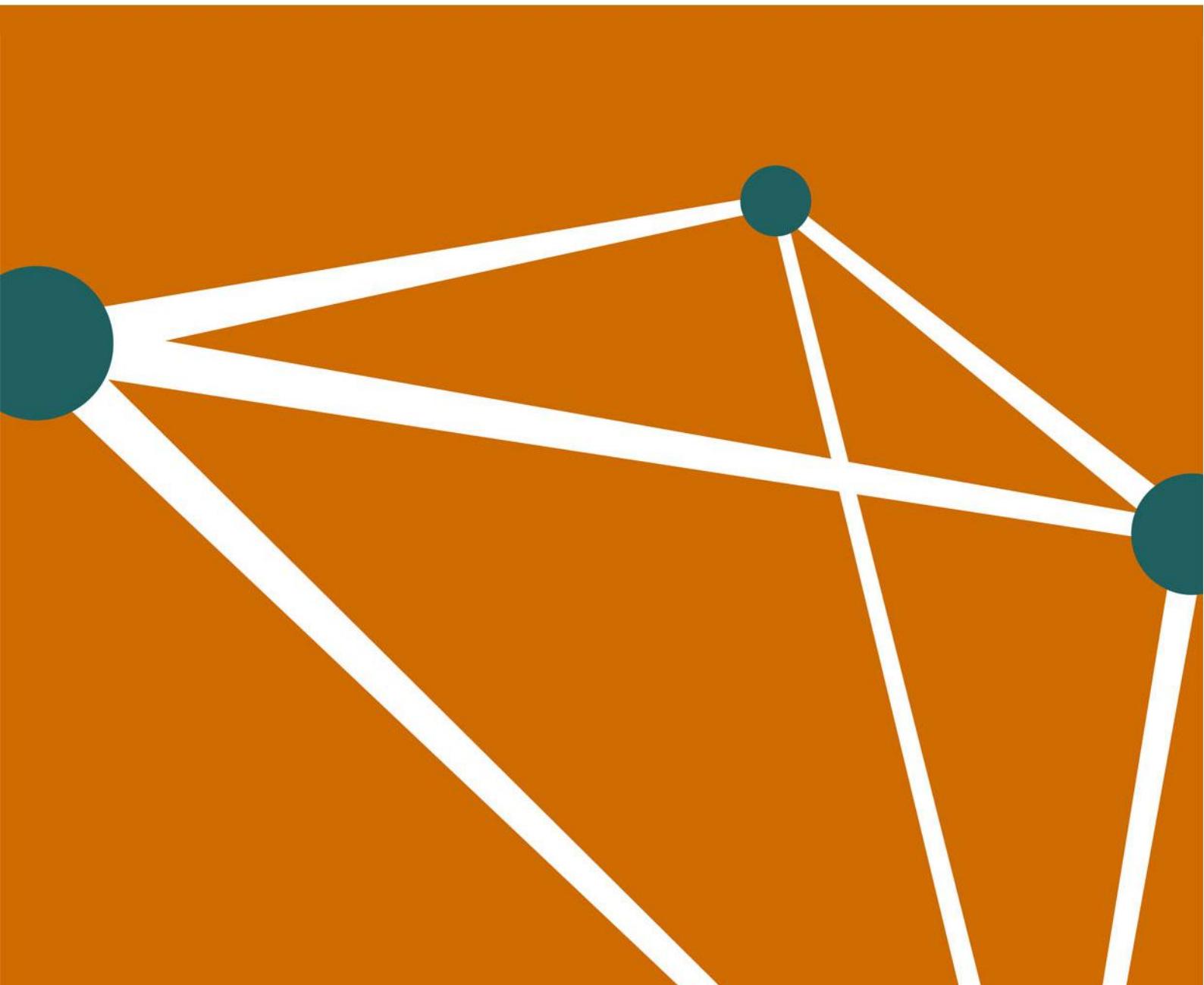


RELATÓRIO GERENCIAL

DA SECRETARIA-EXECUTIVA

DO FNDCT

1º trimestre de 2025



ACOF – 30 de abril de 2025

1. Introdução

Este relatório visa a acompanhar os principais resultados e fatos relevantes da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, bem como aspectos de planejamento das ações que resultam na aplicação dos seus recursos.

As informações deste relatório apresentam os valores acumulados do 1º trimestre de 2025.

2. Destaques

Este relatório apresenta os seguintes destaques:

- Sanção da LOA em abril provoca restrições à execução orçamentária do FNDCT no 1º trimestre, como ausência de limite de empenho para despesas de capital;
- Orçamento aprovado na LOA 2025 é 12% inferior à arrecadação realizada em 2024;
- Arrecadação apurada até março é 20,5% maior do que a projetada para o período;
- Execução orçamentária atinge 27% do orçamento disponibilizado, e é 209% maior do que a observada em março de 2024. Pagamentos também dão um salto de 96% em relação ao 1º trimestre do ano passado.

3. Lei Orçamentária Anual 2025

Em 20 de março de 2025, foi aprovada pelo Congresso Nacional a Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício, com o valor total de R\$ 17.636.015.166 para o FNDCT. Entretanto, após a sanção presidencial, que ocorreu em 10 de abril, houve o veto parcial na UO 74910, cancelando o montante de R\$ 2.967.160.043 em recursos do Tesouro. Desse modo, o orçamento aprovado para os recursos reembolsáveis do FNDCT ficou em R\$ 7.334.389.513, enquanto os recursos não reembolsáveis tiveram o orçamento de R\$ 7.334.465.610.

A aprovação da LOA em um valor menor que a proposta inicial (R\$ 20.603.099.112) se deve ao fato de ter sido desconsiderada originalmente a aplicação da Desvinculação das Receitas da União (DRU) sobre a parcela fiscal (não reembolsável) dos recursos do FNDCT. Os referenciais monetários, divulgados pela Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF e utilizados inicialmente para a elaboração da lei orçamentária, não levaram em conta tal desvinculação. A DRU é uma regra constitucional que permite ao Governo Federal desvincular 30% das verbas carimbadas de órgãos ou fundos em funcionamento no País, além das receitas de impostos, taxas e multas das unidades da federação. Ainda assim, a arrecadação projetada para 2025 é 12% menor que a realizada em 2024.

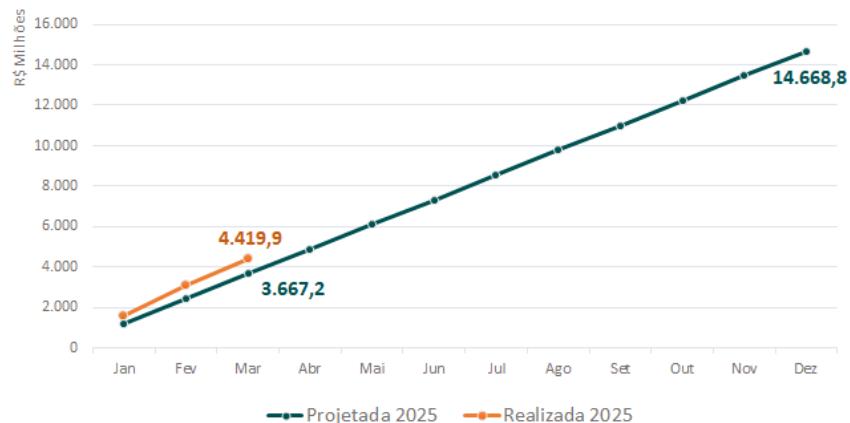
Gráfico I – PLOA x LOA 2025



4. Arrecadação do FNDCT

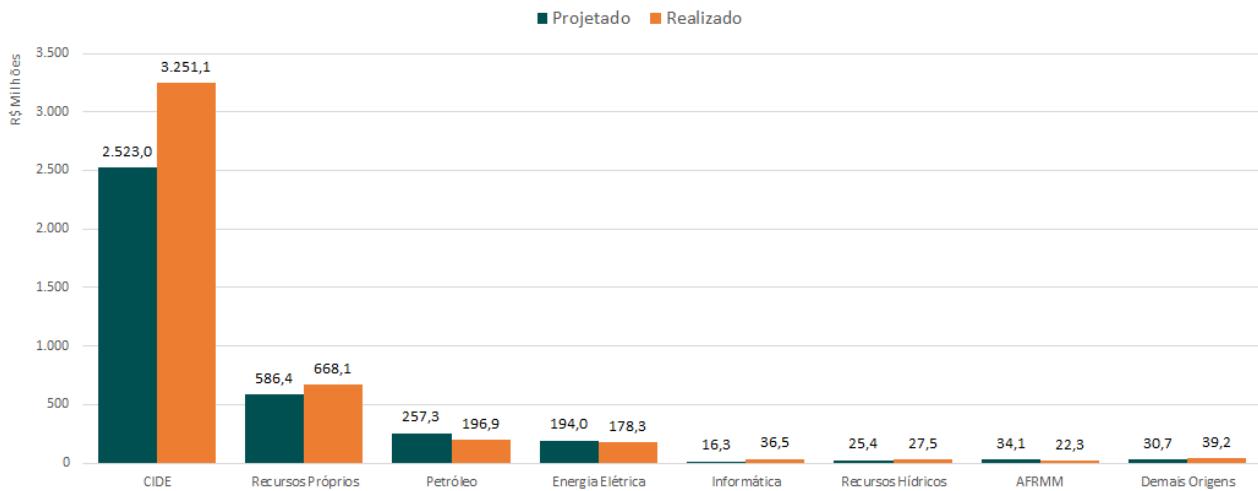
A arrecadação realizada até março de 2025, no valor de R\$ 4.419,9 milhões, representa 120,5% da projeção usada como base para a LOA aprovada para o mesmo período, conforme se pode observar no Gráfico II.

Gráfico II – Arrecadação 2025 – Projetada x Realizada



O Gráfico III faz um comparativo entre a arrecadação realizada e a esperada por setor de origem do recurso, ao fim do 1º trimestre deste exercício. Enquanto a CIDE, maior origem de recursos do Fundo, apresentou arrecadação 28,9% acima do projetado para o período, CT-Petro e AFRMM (Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante) obtiveram arrecadações significativamente abaixo do esperado. Registre-se ainda que CT-Transporte e CT-Espacial não tiveram receita no período.

Gráfico III – Arrecadação por Setor de Origem



5. Execução Orçamentária e Financeira

5.1. Execução orçamentária

Em virtude da não disponibilização dos recursos até o encerramento do primeiro trimestre, a execução orçamentária baseou-se no art. 70 da Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024 (LDO 2025), que trata da utilização provisória do orçamento. Este dispositivo legal permite, especificamente ao FNDCT, que as despesas de caráter inadiável na categoria de gasto “custeio” possam ser empenhadas num total de 1/12 em relação ao valor do Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA. Despesas custeadas com fontes próprias também estão autorizadas a esta

antecipação, sem limitação de valor. Assim, para o período em referência esse limite para execução seria de R\$ 2.575,4 milhões. Entretanto, o limite recebido foi menor, no valor de R\$ 2.120,3 milhões.

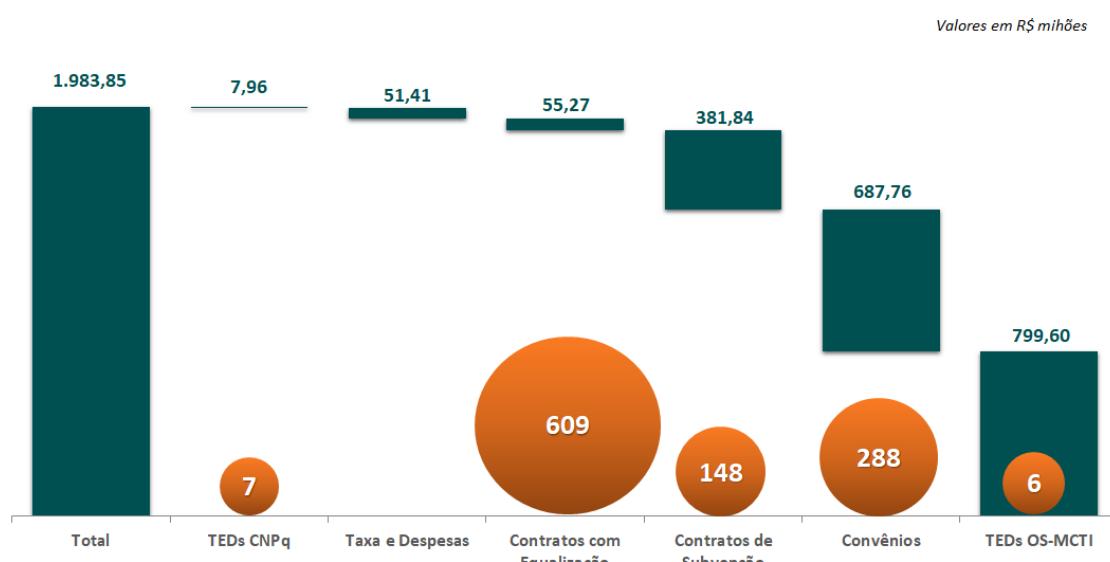
Ao fim do primeiro trimestre de 2025, a execução orçamentária do FNDCT atingiu R\$ 1.983,8 milhões, o que representa 27% do orçamento disponibilizado, 93,6% do limite recebido e 308,8% do montante executado no mesmo período de 2024. O desempenho poderia ser até superior, não fosse o atraso na aprovação e sanção da LOA 2025, que ocasionou a demora na liberação do orçamento e, consequentemente, a paralisação das atividades de empenho. A impossibilidade de execução das despesas de capital, a readequação dos novos limites de empenho face à aprovação da LOA em um valor menor que o previsto e a redução significativa do próprio orçamento em algumas ações orçamentárias resultaram em uma inexecução provisória de R\$ 1.568,4 milhões, impactando diretamente 337 projetos, com destaque para 36 projetos em contratação do Pró-Infra Centros Temáticos (R\$ 352,1 milhões), 80 projetos da chamada Acervos 2024 (R\$ 224,5 milhões) e a Chamada INCT 2024 – CNPq (R\$ 200,0 milhões).

Gráfico IV – Orçamento Utilizado 2024 x 2025



O orçamento utilizado atendeu 288 convênios/TEDs, 148 contratos de subvenção e 13 Termos de Execução Descentralizada, sendo 7 com o CNPq e 6 com o MCTI-OSs. Foram ainda beneficiados 609 contratos de financiamento com equalização de taxas de juros.

Gráfico V – Orçamento Utilizado por Tipo de Instrumento

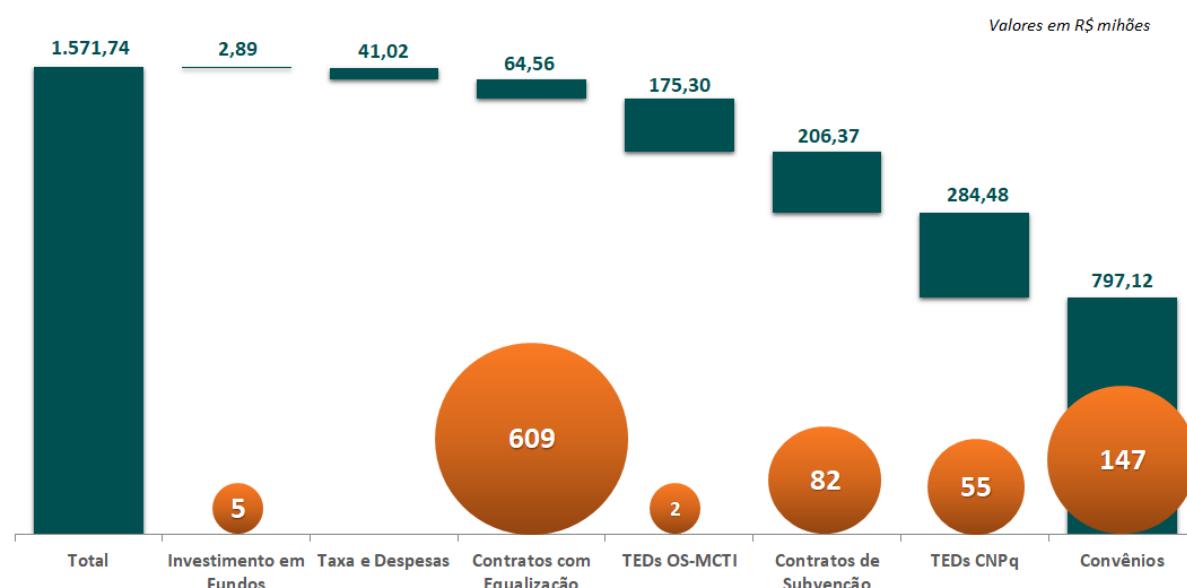


5.2. Execução financeira

O total de pagamentos não reembolsáveis efetuados pelo FNDCT no primeiro trimestre de 2025, sem computar os créditos recebidos de outros órgãos como o FNS e o MAPA, somou R\$ 1.571,7 milhões, sendo 95,6% maior que o mesmo período do ano anterior. Do total de gastos realizados, cerca de 69% eram restos a pagar de exercícios anteriores.

Desse montante, 50,7% foram destinados ao pagamento de convênios, contemplando 147 instrumentos, o que significou um incremento de quase 103% em relação a 2024. Cerca de 18,1% foram repassados ao CNPq para o pagamento de bolsas e ações de fomento, abarcando 55 TEDs; 13,1% foram gastos com subvenção econômica, abrangendo 82 contratos; e outros 11,2% foram utilizados para repassar recursos ao MCTI para apoio a duas organizações sociais que mantêm contratos de gestão com o Ministério (RNP e IMPA). Além disso, 4,1% do total desembolsado pelo Fundo beneficiou 609 contratos reembolsáveis com a equalização de taxa de juros. Ocorreram também dispêndios com as taxas de administração de janeiro e fevereiro; com o ressarcimento de despesas operacionais de novembro/24 a janeiro/25, além da participação em 5 fundos de investimento no capital de empresas inovadoras.

Gráfico VI – Pagamentos Realizados por Tipo de Instrumento



A tabela a seguir retrata o percentual de execução financeira do FNDCT em relação aos limites de pagamento autorizados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN ao MCTI e repassados para o FNDCT, no acumulado do primeiro trimestre, esclarecendo-se que até 31/03 não havia sido publicado o Decreto de Programação Financeira do Governo Federal, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício e dá outras providências.

Tabela I – Limites de Pagamento do FNDCT (1º tri/25)

Tipo de Recurso (Tesouro ou Próprio PAC ou Discricionário)	Limite de pagamento até o mês de março	Pagamentos realizados por OB e PF, restos a pagar e exercício	Percentual da execução por tipo de anexo
Anexo II B - Rec. Tesouro	561.837.413	471.874.842	84,0%
Anexo III B - Rec. Próprio	440.029.087	437.837.721	99,5%
Anexo II D - PAC Rec. Tesouro	406.616.417	355.466.078	87,4%
Anexo III D - PAC Rec. Próprio	308.383.583	306.536.126	99,4%
Total	1.716.866.500	1.571.714.767	91,5%

Até a publicação do referido decreto, os limites de pagamento mensais restringem-se a 1/18 do Projeto de Lei Orçamentária aprovado para o exercício (PLOA-2025), e é distribuído de acordo com os diferentes anexos que o compõem, a saber: recursos relacionados às fontes que ingressam diretamente na unidade gestora da STN, derivadas das arrecadações dos fundos setoriais que compõem o FNDCT e das amortizações dos empréstimos concedidos por ele, denominados de Recursos Tesouro (Anexo II) e os relativos às fontes denominadas próprias, aquelas arrecadadas diretamente na unidade gestora do FNDCT, frutos dos retornos de juros de empréstimos e dos retornos dos fundos de investimento aportados pelo Fundo (Anexo III). Estes anexos ainda são subdivididos em despesas discricionárias ("B") e despesas ligadas ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC ("D").

Ressalta-se que os limites de pagamento devem atender, além dos empenhos do exercício, também aos restos a pagar de exercícios anteriores, cuja composição entre os diferentes anexos costuma ser bastante diferente a cada exercício.

5.3. Execução por ação orçamentária

A Tabela II apresenta a execução orçamentária e financeira do período por ação, com as dotações aprovadas na LOA 2025.

De acordo com negociações entre MCTI, Casa Civil e SOF, algumas ações orçamentárias foram incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Essas ações (hachuradas em amarelo) possuem limite de empenho próprio e acompanhamento específico dentro do programa de governo. No caso da Ação Transversal, esse desmembramento representou 43% da disponibilidade dos recursos da ação.

Tabela II - Execução Orçamentária e Financeira (por ação orçamentária)

Discriminação	Orçamento Aprovado	Orçamento Utilizado	Saldo Orçamento	Valores em R\$ 1,00		
				Pagamento do Ano	Pagamento de Restos	Pagamento Total
Fundos Setoriais	2.421.635.054	296.336.213	2.125.298.841	87.652.138	697.881.662	785.533.800
Aeronáutico	3.424.655	-	3.424.655	-	19.256.730	19.256.730
Agronegócio	149.816.376	35.052.878	114.763.498	2.896.052	2.739.339	5.635.391
Amazônia	8.000.000	-	8.000.000	-	6.671.608	6.671.608
Biotecnologia	31.005.000	294.950	30.710.050	294.950	58.121.065	58.416.015
Energia Elétrica	15.000.000	-	15.000.000	-	2.593.766	2.593.766
Espacial	3.096.952	-	3.096.952	-	387.280	387.280
Informática	8.468.976	2.006.492	6.462.484	2.006.492	192.970	2.199.462
Infra-estrutura	1.723.218.140	176.081.991	1.547.136.149	64.758.371	543.275.256	608.033.627
Petróleo	40.000.000	3.833.030	36.166.970	3.567.562	3.383.752	6.951.314
Recursos Hídricos	3.176.889	390.950	2.785.939	390.950	1.009.918	1.400.868
Saúde	291.836.578	71.262.242	220.574.336	9.079.230	37.876.003	46.955.233
Setor Mineral	1.000.000	-	1.000.000	-	1.343.002	1.343.002
Transportes	2.000.000	1.009.692	990.308	1.009.393	-	1.009.393
Transportes Aquaviários	10.108.250	-	10.108.250	-	415.406	415.406
Verde-Amarelo	131.483.238	6.403.987	125.079.251	3.649.137	20.615.568	24.264.705
Ação Transversal	875.470.236	393.815.869	481.654.367	64.695.498	22.713.978	87.409.476
Fomento a P&D	497.912.759	393.815.869	104.096.890	64.695.498	22.713.978	87.409.476
PAC	377.557.477	-	377.557.477	-	-	-
Operações Especiais	2.194.083.916	437.110.795	1.756.973.121	120.717.525	153.104.378	273.821.903
Equalização	266.926.115	55.271.016	211.655.099	55.269.863	9.288.131	64.557.994
Participação no Capital	36.740.000	-	36.740.000	-	2.890.954	2.890.954
Subvenção	1.890.417.801	381.839.779	1.508.578.022	65.447.662	140.925.292	206.372.954
Demais Ações	1.043.676.424	56.983.227	986.693.197	40.684.469	208.993.119	249.677.587
Projetos Institucionais de C&T	561.988.634	5.568.880	556.419.754	5.568.880	203.086.164	208.655.044
Reator Multipropósito	300.000.000	-	300.000.000	-	-	-
Despesas Operacionais e Taxa de Administração	181.687.790	51.414.347	130.273.443	35.115.589	5.906.954	41.022.543
Organizações Sociais	799.600.000	799.600.000	-	175.300.000	-	175.300.000
IMPA	132.300.000	132.300.000	-	121.300.000	-	121.300.000
Sirius	223.000.000	223.000.000	-	-	-	-
LNMC	144.300.000	144.300.000	-	-	-	-
Infovias	300.000.000	300.000.000	-	54.000.000	-	54.000.000
TOTAL Não Reembolsável:	7.334.465.630	1.983.846.103	5.350.619.527	489.049.629	1.082.693.137	1.571.742.766

5.4. Execução por demanda e Programa de Investimento

A Tabela III detalha os empenhos e descentralizações executados, bem como os pagamentos e transferências realizados no primeiro trimestre de 2025.

Tabela III - Execução Orçamentária e Financeira por demanda e Programa de Investimento

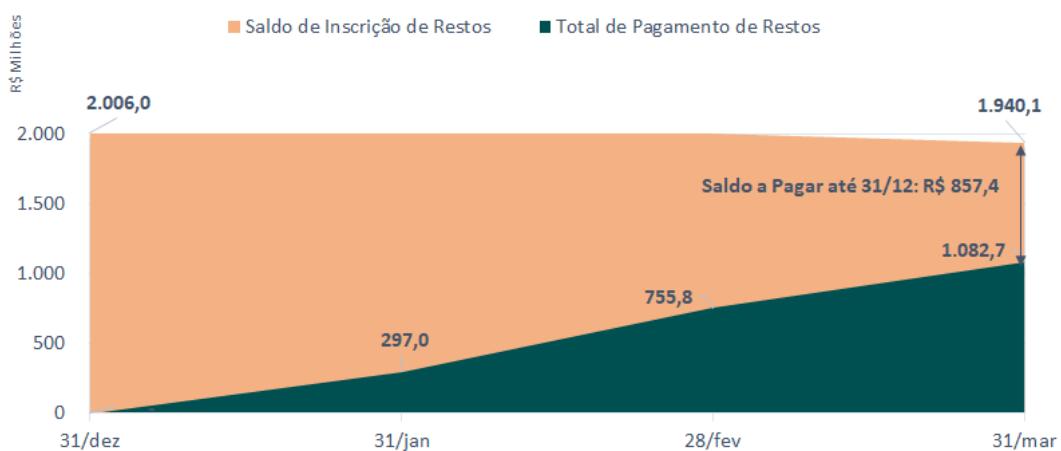
Programa Estruturante	Demanda	ORÇAMENTO EXECUTADO		PAGAMENTOS REALIZADOS	
		Valor (R\$)	Qtd. Projetos	Valor (R\$)	Qtd. Projetos
Recursos administrados pela Finep	Taxa de Administração e Despesas Operacionais	51.414.347	n/a	41.022.543	n/a
	Equalização	55.271.016	n/a	64.557.994	n/a
	Participação no Capital	-	n/a	2.890.954	n/a
Subtotal (Recursos Administrados pela Finep)		106.685.363		108.471.492	
P1 - Pró-Infra	Chamada Pública Centros Temáticos	210.617.651	58	126.457.173	20
	IMPA Tech	132.300.000	1	121.300.000	1
	Encomenda CEMADEN	64.815.772	1	2.400.000	1
	Chamada Pública Recuperação de Parques Laboratoriais	18.944.995	13	69.727.364	18
	Chamada Pública Apoio Emergencial R\$	9.533.248	14	517.679	2
	Chamada Pública Expansão de Parques Laboratoriais	714.921	2	230.614.808	35
	CNPq INCT (suplementação)	-	0	3.117.426	1
	Encomenda BINGO	-	0	10.500.000	1
	Total P1	436.926.587	89	564.634.451	79
P2 - Mais Inovação	Chamada Pública Mais Inovação Saúde ICTs	88.741.406	19	97.066.792	16
	Chamada Pública Mobilidade Urbana	44.548.098	9	15.301.313	3
	Centelha 3 - Subvenção	35.580.000	26	-	0
	Chamada Pública Aviação Sustentável	33.926.425	3	-	0
	Chamada Pública Transição Energética - Energias Renováveis	33.376.509	6	21.078.519	5
	Chamada Pública Mais Inovação Saúde Empresas	29.035.589	7	9.363.012	3
	Chamada Pública Tecnologias Digitais	18.238.114	4	-	0
	Chamada Pública Cadeias Agroindustriais Sustentáveis	13.657.582	3	63.753.394	13
	Chamada Pública Propriedade Intelectual (suplementação)	13.437.044	6	9.065.664	5
	Chamada Pública Bioeconomia	12.116.826	2	2.772.076	1
	Chamada Pública Soberania e Defesa Nacional	10.325.548	1	10.325.548	1
	Chamada Pública Resíduos, Saneamento e Moradia	9.738.322	2	10.612.019	2
	Chamada Pública BID (suplementação)	4.458.000	1	4.458.000	1
	Chamada Pública Monetização do Pré-sal (suplementação)	2.910.125	3	4.285.174	6
	Centelha 3 - Ação Transversal	2.508.221	25	-	0
	Chamada Pública Doenças Raras (suplementação)	2.192.453	4	-	0
	Chamada Pública Inovação Radical no Setor Elétrico (suplementação)	2.048.862	2	4.088.862	3
	Chamada Pública Inovadoc (suplementação)	1.479.070	1	1.479.070	1
	Chamada Pública Centros de Inovação (suplementação)	1.149.337	1	1.149.337	1
	Chamada Pública Offshore (suplementação)	922.905	1	1.107.437	2
	Chamada Pública Tecnologias Habilitoras (suplementação)	823.724	1	823.724	1
	Tecnova III	200.000	1	200.000	1
	Chamada Pública Parques Tecnológicos (suplementação)	70.502	1	15.352.758	3
	Chamada Pública Plataformas Demonstradoras (suplementação)	-	0	21.944.482	1
	Encomenda CBPF - Novo Campus	-	0	13.109.535	1
	Total P2	361.484.660	129	307.336.713	70
P3 - Conecta e Capacita	RNP	144.300.000,00	3	54.000.000	1
	Chamada Pública Redes 5G	2.006.492	2	2.006.492	2
	CNPq Mais Ciência nas Escolas	-	0	18.493.863	1
Total P3		146.306.492	5	74.500.355	4
P4 - Pró-Amazônia	Chamada Pública Transformação Digital da Amazônia	2.076.789	3	1.566.998	3
	CNPq Centros Avançados na Amazônia	-	0	84.030.854	2
	Chamada Pública Infraestrutura para a Amazônia Legal	-	0	9.272.262	5
Total P4		2.076.789	3	94.870.114	10
P5 - Conhecimento Brasil	CNPq Projetos em Rede	-	0	146.229.546	1
	Total P5		0	146.229.546	1
P6 - Política com Ciência	Encomenda Política com Ciência - Min. Esportes/UFRJ	2.667.275	1	-	0
	Encomenda Política com Ciência - Min. Portos/CNPq	-	0	1.356.749	1
	Encomenda Política com Ciência - Min. Esportes/CNPq	-	0	84.240	1
	Total P6	2.667.275	1	1.440.989	2
P7 - Identidade Brasil	Chamada Pública Preservação Acervos Históricos	101.797.157	48	6.520.508	2
	Chamada Pública Preservação Acervos Científicos	67.144.240	42	-	0
	Total P7	168.941.397	90	6.520.508	2
P8 - Projetos Estratégicos	CNPEM - Projeto Órion NB4	300.000.000	1	-	0
	Sirius Fase 2	223.000.000	1	-	0
	Total P8	523.000.000	2	-	0
P9 - Defesa	Encomenda da Defesa (SisGAAz-2)	33.972.023	1	33.972.023	1
	Encomenda da Defesa (SNIDR)	13.033.851	1	13.033.851	1
	Encomenda da Defesa (Propelentes altamente energéticos)	9.154.236	1	9.154.236	1
	Encomenda da Defesa (VLM-1)	-	0	66.000.000	1
	Encomenda da Defesa (Tecnologias Quânticas)	-	0	21.650.000	1
	Encomenda da Defesa (Radar Contrabateria Multifunção)	-	0	19.671.534	1
	Encomenda da Defesa (CET-ADS)	-	0	19.000.000	1
	Encomenda da Defesa (Defesa de ponto)	-	0	9.650.783	1
	Total P9	56.160.111	3	192.132.427	8
P10 - Segurança Alimentar	Chamada Pública Agricultura Familiar - ICTs	32.156.826	38	-	0
	Chamada Pública Agricultura Familiar - empresas	23.963.352	22	-	0
	Chamada Pública Bioeconomia empresas	1.107.909	2	1.325.597	3
	Chamada Pública Bioeconomia ICTs	983.340	1	2.430.450	3
	Chamada Pública CT-Hidro	-	0	988.578	1
	Total P10	58.211.428	63	4.744.624	7
Subtotal (Programas Estruturantes)		1.755.774.740	385	1.392.409.727	183
Carteira Previamente Contratada	Chamadas Públicas e Encomendas Diversas	121.386.001	64	70.861.547	103
Subtotal (Carteira Prévia)		121.386.001	64	70.861.547	103
Total Geral		1.983.846.103	449	1.571.742.766	286

A execução orçamentária e financeira foi puxada pelos projetos aprovados nas chamadas públicas que receberam suplementação no final do ano passado. Tiveram destaque ainda as descentralizações para Organizações Sociais.

5.5. Execução dos restos a pagar

No encerramento do exercício de 2024, ficaram inscritos R\$ 2.006,0 milhões em Restos a Pagar, dos quais R\$ 2.003,9 milhões foram reinscritos no início de 2025. Com os cancelamentos ocorridos ao longo do primeiro trimestre por solicitação do CNPq, sobretudo para o TED voltado a ensaios clínicos da vacina contra a Covid-19, o montante passou a R\$ 1.940,1 milhões. Até o final de março, R\$ 1.082,7 milhões já foram pagos, restando R\$ 857,4 milhões para pagamento até dezembro de 2025. O Gráfico VII mostra a evolução no pagamento dos RPs inscritos no período.

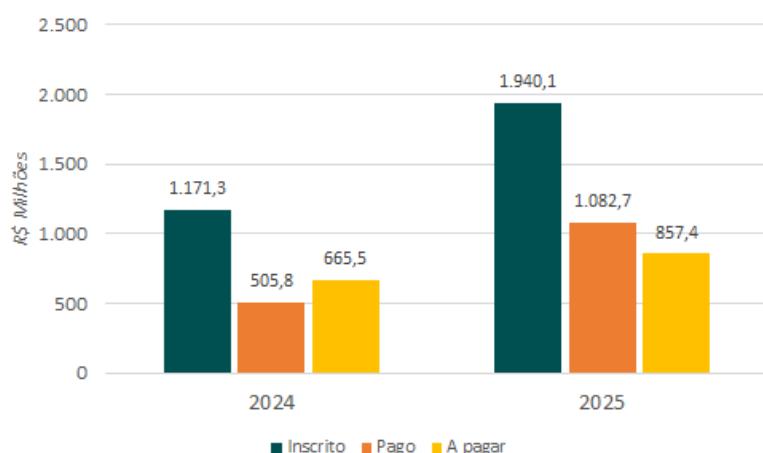
Gráfico VII – Restos Inscritos e Pagos em 2025



Do saldo de restos a pagar no final de março, R\$ 1.447,4 milhões referem-se aos empenhos emitidos em 2023 (R\$ 131,6 milhões) e 2024 (R\$ 1.315,8 milhões), e R\$ 492,6 milhões são relativos às descentralizações orçamentárias realizadas para outras Unidades Gestoras, sendo a quase totalidade (R\$ 490,9 milhões) destinada a 74 TEDs com o CNPq.

O Gráfico VIII mostra a execução dos RPs até março de 2025 comparada à do mesmo período do ano anterior. Ele indica o aumento da inscrição dos restos a pagar, assim como dos pagamentos realizados. Este crescimento é um ponto de atenção, pois pode ter implicações na disponibilidade financeira, uma vez que o limite de pagamento disponibilizado em 2025 concorre com as prováveis obrigações de empenhos e descentralizações realizadas neste exercício.

Gráfico VIII – Execução dos Restos a Pagar 2024 x 2025 (até março)



Os principais fatores que contribuíram para essa tendência foram o significativo aumento do orçamento nos exercícios de 2024 e 2025 e a execução concentrada no segundo semestre de 2023 e 2024, devido ao calendário de aprovação do PAI que estabeleceu os Programas de Investimento.

A execução tardia dos pagamentos provoca repercussão direta no fluxo financeiro de cada exercício, mas também no planejamento e cumprimento das metas de cada projeto apoiado com recursos do FNDCT.

6. Demonstração das Entradas, Saídas e Rendimentos das Aplicações

O saldo inicial de 2025 era integralmente composto das fontes aplicadas na Conta Única do Tesouro – CTU, incluída aquela onde são depositados os rendimentos de aplicação – Fonte 1050000091, e somava R\$ 23.461,6 milhões.

Ao longo do primeiro trimestre ingressaram R\$ 4.694,8 milhões, sendo 85,8% derivados das arrecadações dos fundos setoriais, 10,5% oriundos de rendimentos de aplicação na CTU, 2,7% frutos de amortizações de empréstimos, 0,9% originados de juros de empréstimos e 0,1% relativos a retornos de fundos de investimento e/ou devoluções de saldo de convênios ou congêneres.

Em contrapartida, no mesmo período saíram R\$ 1.571,7 milhões para os diversos dispêndios do FNDCT, sendo 63,8% para o pagamento dos projetos finalísticos (convênios, contratos de subvenção e outros TEDs), representando a principal saída de recursos, cerca de R\$ 1.003,5 milhões. Os repasses ao CNPq para bolsas e ações de fomento foram responsáveis por 18,1% desse total de desembolsos do trimestre, enquanto 4,1% foram desembolsados com os juros equalizados. Já a fatia consumida pela secretaria executiva do Fundo representou 2,6% dos pagamentos, a título de taxas de administração de janeiro e fevereiro e o resarcimento de despesas operacionais apuradas para os meses novembro e dezembro de 2024 e janeiro de 2025; também foi gasto 0,2% do total de desembolsos com a integralização de cotas de cinco fundos de investimento no capital de empresas emergentes.

Encerrou-se o primeiro trimestre de 2025 com o montante de R\$ 26.584,7 milhões entre aplicações na Conta Única e um pequeno valor em caixa, oriundos de devoluções de saldo de convênios e congêneres que ingressaram com data de março, mas ficaram disponíveis para aplicação somente no mês seguinte.

Tabela IV – Fluxo de Caixa

Valores em R\$ milhões	jan/25	fev/25	mar/25
Saldo Inicial	23.461,6	24.805,3	25.772,6
Entradas	1.765,2	1.524,8	1.404,9
Arrecadação (fontes Tesouro)	1.524,8	1.360,0	1.141,2
Arrecadação (fontes próprias)	98,8	6,3	68,1
Rendimentos de aplicação	141,7	158,5	195,5
Saídas (pagamentos)	421,4	557,5	592,8
Equalização	22,3	22,2	20,0
Participação no Capital de Empresas Emergentes	2,2	0,7	0,1
Convênios/Contr. de Subvenção/Outros TEDs	370,6	402,0	230,9
CNPq	20,4	116,4	147,7
OS-MCTI	-	-	175,3
Taxas e despesas	5,9	16,3	18,8
Empréstimo FNDCT	-	-	-
Saldo Final	24.805,3	25.772,6	26.584,7
Lim. Saque CC 111122001	0,0	0,0	0,0
Aplicações CC 111110206	24.805,3	25.772,6	26.584,6